TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



PORTARIA N. TC - 554/2025

Constitui grupo de trabalho intersetorial, com a finalidade de definição de capacitação e de orientação a gestores públicos sobre o uso do Fundo do Programa "Pena Justa" e demais fundos rotativos do sistema penal do Estado.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA

CATARINA (TCE/SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso I, da <u>Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000</u>, e pelo art. 271, incisos I e XXXV, da <u>Resolução N. TC - 6, de 28 de dezembro de 2001</u>;

considerando a necessidade de fortalecer a governança e a correta aplicação dos recursos públicos vinculados ao Programa "Pena Justa" e aos Fundos Rotativos do Sistema Penal, instituídos pela Lei Complementar (estadual) n. 809/2022;

considerando as dificuldades já identificadas na operacionalização dos Fundos Rotativos e do Programa "Pena Justa", especialmente a heterogeneidade dos procedimentos adotados, a ausência de rotinas padronizadas de prestação de contas e de mecanismos adequados de transparência;

considerando a solicitação do Grupo de Monitoramento e de Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (GMF/TJSC) para a realização de ação de capacitação sobre a adequada utilização dos recursos vinculados ao Programa "Pena Justa" e aos Fundos Rotativos;

considerando que compete ao TCE/SC propor e conduzir ações visando à capacitação e à orientação técnica dos gestores públicos envolvidos na aplicação dos recursos dos Fundos Rotativos e do Programa "Pena Justa", bem como fomentar boas práticas de planejamento, de execução, de controle e de prestação de contas;

considerando a necessidade de articulação interinstitucional para consolidar orientações técnicas e promover capacitação direcionada aos gestores responsáveis pela execução de recursos do Plano "Pena Justa" e dos Fundos Rotativos, em benefício da transparência e da eficiência na aplicação dos recursos públicos;

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



considerando o Processo SEI 25.0.000002082-9;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho intersetorial, sem ônus para os cofres públicos, com a finalidade de definição de capacitação e orientação a gestores públicos sobre o uso do Fundo do Programa "Pena Justa" e demais fundos rotativos do sistema penal do Estado.

- Art. 2º Designar os servidores a seguir relacionados para integrarem o grupo de trabalho intersetorial encarregado dos trabalhos:
- I Romário Maschio Eich, do Gabinete do Conselheiro Aderson Flores, do
 TCE/SC, que exercerá a coordenação dos trabalhos;
 - II Elusa Cristina Costa Silveira, do Instituto de Contas (Icon), do TCE/SC;
- III Sabrina Pundek Muller, da Diretoria de Contas de Gestão (DGE), do TCE/SC:
- IV Gustavo Piccoli Pfischer, da Diretoria de Licitações e Contratações, do TCE/SC:
 - V Anderson Luiz Kretzer, da Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC);
- VI Ana Luisa Fernandes Naatz, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC);
- VII Fabio Roberto Ramos, da Secretaria de Estado de Justiça e
 Reintegração Social (Sejuri/SC).
- Art. 3º O grupo de trabalho desenvolverá suas atividades em até 180 (cento e oitenta) dias.
 - Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 29 de outubro de 2025.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Conselheiro Herneus João De Nadal

Presidente

Este texto não substitui o disponibilizado no DOTC-e de 30.10.2025.